

# País espera menos de US\$ 4 bi

Fazenda acha muito elevada previsão de Sayad para "new money"

CESAR FONSECA

Da Editoria de Economia

O Governo deverá pedir novos recursos — **new money** — aos banqueiros internacionais, porém, a quantia a ser negociada não deveria ser anunciada antes do início das conversações entre as partes para não provocar "alarido". Esse foi o comentário feito ontem por uma fonte do Ministério da Fazenda sobre a informação constante do quarto Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cujas diretrizes foram lançadas na última semana pelo ministro do Planejamento, João Sayad, no qual especifica que o Governo Sarney necessitará de US\$ 4 bilhões de novos empréstimos este ano.

Em nenhum momento, disse a fonte ministerial, o ministro Francisco Dornelles recusou a possibilidade de levantar novos recursos no mercado financeiro internacional, em 1985, possibilidade esta afastada pelos negociadores do governo Figueiredo; mas, a quantidade a ser negociada, se necessária para fechar o balanço de pagamentos, não deveria ser anunciada, pois constitui desdobramento do processo de negociação e deveria ser guardada para discussões em estágio posterior.

No seu discurso, no Congresso, Dornelles destacou que, dependendo do comportamento da economia, no sentido de combater a inflação e reduzir os gastos públicos dentro dos parâmetros fixados pelo Governo, não estaria afastada a possibilidade de se pedir novos recursos junto aos credores. A fonte ministerial, entretanto, fez reparos aos números contidos no IV PND. Ressaltou que o ingresso de US\$ 4 bilhões na economia em 1985 implicará numa expansão da base monetária em torno de 300%, o dobro de expansão com a qual a Fazenda, no momento, trabalha.

## CRITERIOS EM CHOQUE

O governo está decidido a insistir junto com o Fundo Monetário Internacional sobre a necessidade de alterações nos critérios que a instituição utiliza para aferir o tamanho do déficit público. O Banco Central, segundo fonte ministerial, relacionou uma série de pontos divergentes entre os critérios adotados pelo Fundo e os que estão sendo fixados pelas autoridades econômicas. Entre eles, o principal se refere à aplicação da correção monetária sobre a dívida pública. O Fundo sempre aplica a correção sobre o total da dívida, enquanto o Governo está defendendo a aplicação da correção apenas sobre a dívida vencendo durante o ano.

Não existe, na Fazenda, a ilusão de que haverá facilidades no processo de negociação; no entanto, espera-se que os técnicos da instituição que deverão chegar no Brasil no próximo dia 27 entendam as justificativas do Governo. Não foi possível, até agora, discordar das posições do Fundo, ressaltou a fonte ministerial, porque o Governo anterior não deu maior importância ao processo de negociação com a instituição, preferindo desobedecer sistematicamente as regras do jogo fixadas nas sucessivas (sete ao todo) cartas de intenções.